

Bancos querem um acordo de curto prazo

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Nova York

Tudo indica que a hipótese de o Brasil acertar um acordo de curto prazo com os credores, que resolva a situação de 1986 e 1987 e abra caminho para uma negociação mais ampla no início do próximo ano, será um dos temas importantes da reunião entre autoridades brasileiras e o comitê de bancos internacionais amanhã, em Washington.

O Departamento do Tesouro norte-americano está interessado na idéia. Os bancos aceitariam examinar essa hipótese, pelo que disse a este jornal uma importante fonte do comitê de bancos, embora haja algumas divisões internas de opinião. Além disso, as informações não oficiais que têm chegado aos bancos, em Nova York, sobre qual seria o teor da proposta brasileira apontam na mesma direção.

A grande vantagem de um acordo desse tipo seria eliminar a tensão hoje existente, contornar a ameaça de rebaixamento do crédito brasileiro pelas autoridades

des norte-americanas em outubro e criar um clima propício à negociação. Nesta hipótese, haveria algum refinanciamento dos juros devidos neste ano em troca da retomada dos pagamentos mensais de juros pelo Brasil aos bancos.

A sondagem que foi feita na última sexta-feira, no Brasil, por um alto executivo do Citibank, Edwin Hoffman, junto ao ministro da Fazenda era pouco diferente. Hoffman retomou uma sugestão que o presidente do comitê de bancos, Bill Rhodes, também do Citibank, já havia mencionado ao Brasil na reunião de julho em Nova York. Seria a prorrogação do acordo acertado entre o Brasil e os bancos no início de 1986, referente à rolagem do principal e à manutenção das linhas de curto prazo. O Brasil, por sua vez, retomaria o pagamento dos juros. A resposta do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, foi que o Brasil não aceitaria voltar a pagar juros sem acertar antes o esquema de refinanciamento.

O objetivo da viagem de Hoffman era explorar algumas idéias com o Brasil para evitar uma surpresa na hora da negociação. Embora ele não tenha ido conversar em nome do comitê de bancos, dois vice-presidentes do comitê, David Drury, do Lloyd's Bank, e Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, foram avisados de sua viagem. O resultado final decepcionou os bancos, não só pela negativa brasileira mas também pelo fato de a conversa, que deveria ter sido secreta, ter vazado para a imprensa.

Os bancos e o governo norte-americanos vão pressionar ao máximo o Brasil, durante os próximos dias, para deslanchar uma negociação séria. A avaliação é

que o Brasil não tem dado importância à possibilidade de reclassificação dos empréstimos brasileiros, supondo que esse é um problema exclusivo dos bancos (que teriam de constituir reservas para os ativos brasileiros). O Tesouro e o Federal Reserve (banco central) vão fazer o possível para convencer o Brasil do contrário.

A fonte ligada ao comitê lembrou que o Brasil perdeu cerca de US\$ 700 milhões, neste ano, em linhas de curto prazo, depois da moratória de fevereiro. Não chega a ser um número dramático, quando se sabe que havia um montante razoável de linhas voluntárias, antes da suspensão dos pagamentos, acima do nível fixado no acordo de 1986 (cerca de US\$ 15 bilhões no total). Hoje, as autoridades brasileiras parecem confiantes de que não haverá um problema dramático com as linhas de curto prazo mesmo sem encaminhamento de um acordo. "O problema é que esta situação pode mudar de um momento para outro e só depois que acontece é que as pessoas acreditam", sugere o banqueiro.

A alternativa de um acordo de mais longo prazo é remotíssima. Os banqueiros não se sentirão seguros em acertar nada mais substantivo antes que a nova Constituição esteja em vigor, o mandato do presidente definido e o quadro político mais claro, confirmou a fonte ligada ao comitê.

E mesmo um acordo provisório, que limpe o terreno da negociação até o início do próximo ano, enfrenta dificuldades. Uma delas, admitiu a fonte do comitê, é a divisão interna de opinião entre os próprios banqueiros. Um

(Continua na página 20)

Bancos querem um acordo de curto prazo

por Celso Pinto
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

grupo de bancos, que inclui algumas instituições americanas em posição financeira mais frágil, como o Bank of America e o Manufacturers Hanover, além dos bancos canadenses (que terão de enfrentar o problema contábil dos atrasos brasileiros até o final de outubro), defendem a idéia de um acordo de curto prazo, que afaste a ameaça de reclassificação.

Outro grupo de bancos, que inclui, nos Estados Unidos, o Morgan Guaranty, acha, ao contrário, que o comitê não deveria fazer acordos provisórios. Além de um acerto de alguns meses não abrir uma perspectiva mais sólida, poderia, na visão desses bancos, acabar fixando a idéia de que a moratória no pagamento dos juros não tem maiores consequências. Em certo sentido, como disse um banqueiro, seria um "prêmio" à moratória.

A fonte ligada ao comitê acha que, ainda assim, seria possível chegar a um consenso sobre um acordo provisório, desde que fossem superados outros problemas. Um ponto central de discussões será, certamente, a questão da divisão de recursos entre bancos privados e fontes oficiais. O Brasil está pedindo US\$ 7,2 bilhões de refinanciamento aos bancos, referentes a 1986 e 1987. Os bancos acham o valor excessivo e gostariam de ter alguma garantia de que as fontes multilaterais (FMI e Banco Mundial) e os créditos governamentais poderiam cobrir parte desse total.

A questão de um acordo imediato com o FMI pode ser contornada. Para os bancos, disse a fonte, pouco importa que o Brasil justifique um acerto posterior com o FMI em nome do Clube de Paris ou do acesso aos recursos do Japão. O importante é ter alguma garantia de que o Brasil, num momento politicamente mais adequado, irá ao FMI e terá seus recursos, aliviando a parcela de contribuição dos bancos.

Outro problema é como montar um acordo e vendê-lo aos bancos credores num prazo relativamente curto. "Se na negociação de julho nós tivéssemos chegado a algum acerto, o acordo estaria agora terminando de ser vendido aos bancos", lamenta a fonte.

Na verdade, os bancos ainda não estão perfeitamente seguros se a equipe econômica do governo está disposta, de fato, a negociar um acordo ou pretende apenas ganhar tempo. Entre os banqueiros existem duas teorias. Uma delas é que o governo simplesmente

te ainda não tem claro o que quer e acha que a moratória pode seguir sem maiores consequências. Outra é que o Brasil está evitando objetivar as negociações para empurrar as reuniões decisivas o mais perto possível da data de 26 de outubro, quando reúne-se o comitê que analisa o risco dos empréstimos nos bancos dos Estados Unidos e que pode reclassificar os créditos ao Brasil. O suposto, neste caso, é que os bancos, pressionados pelo calendário, concordariam mais facilmente com os termos propostos pelo Brasil.

Baseados nessa hipótese, alguns banqueiros estão imaginando que a rodada de conversas de amanhã poderá limitar-se, mais uma vez, apenas a uma exposição genérica de idéias por parte do Brasil. Por insistência do governo brasileiro, que alegou ao comitê que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, preferia fazer sua exposição aos bancos em Washington, a conversa foi transferida do local onde tradicionalmente é feita, o prédio do Citicorp em Nova York.

"O importante seria limpar o ar", alega a fonte do comitê. "O Brasil está irritando desnecessariamente muitos amigos e clientes", supõe.

Uma das fontes de irritação dos bancos tem sido o fato de autoridades brasileiras terem, com enorme frequência, polemizado, criticado e até discutido propostas relativas aos bancos através de declarações públicas. Os bancos têm mantido a tradicional discrição e evitado, até agora, polemizar em público. Um exemplo recente, conhecido, foi a decisão do presidente do comitê dos bancos, Bill Rhodes, de evitar ir ao seminário internacional em Viena, onde faria uma palestra, ao saber que no mesmo local o ministro Bresser Pereira exporia sua polêmica idéia de "securitização" da dívida. Os bancos, definitivamente, prefeririam que as negociações voltassem ao padrão de "low profile", que prevaleceu no passado.

A própria questão da "securitização" exemplifica os ruídos que podem surgir no processo. Quando Bresser Pereira lançou a idéia da troca de parte da dívida por títulos foi duramente criticado. No entanto, desde que essa troca seja feita em termos voluntários, não há nenhum impedimento da parte dos bancos. "O problema apenas é saber o valor de oferta desses títulos", diz a fonte do comitê. "Se eles renderem tão pouco quanto os 3% de juros fixos que a Argentina está pagando, simplesmente não encontrarão compradores", argumenta.